



O CREDO LIBERAL E OS SEUS CRÍTICOS: PAUPERISMO E REDE DE SEGURANÇA

LIBERAL CREED AND ITS CRITICS: PAUPERISM AND SAFETY NET

António Baião*
antoniosaraivabaião@gmail.com

J. A. Colen**
jacolen64@gmail.com

Pedro Moreira***
pedrogoismoreira@gmail.com

Sumário. *Em 1944, duas obras marcantes da teoria política, A Grande Transformação e O Caminho da Servidão, apresentam visões quase opostas da relação entre o nascimento do “mercado” e os fascismos: no primeiro caso, o mercado provoca o fascismo como reacção de defesa da sociedade, condenada ao pauperismo, contra o credo liberal; no outro, o mercado é a melhor, senão única defesa da liberdade contra o regresso das tendências totalitárias que asfixiam a liberdade, agora sob a forma da planificação. O texto examina os argumentos dos dois autores, procurando elucidar e discutir as concessões de Hayek à intervenção do estado e explicar porque, posteriormente, ele se inclina a abandonar a proposta de uma rede de segurança que defenderia as vítimas das falhas do mercado.*

Palavras-chave: *Karl Polanyi, Friedrich Hayek, rede de segurança, pauperismo, liberalismo.*

Abstract. *In 1944, two remarkable books on theories of political economy, The Great Transformation and The Road to Serfdom, present opposite visions of the relationship between the birth of the “market” and the origin of fascisms: according to the former, the market generates fascism as society’s (unplanned and unforeseeable) self-defense response to increasing pauperism and against the liberal creed; the latter holds that the market is the best or even the necessary means to protect liberty against the return of totalitarianisms, now in the guise of “planning”. This paper examines the arguments of both authors, seeking to elucidate and debate Hayek’s (supposed) concessions to state intervention. It also*

* Doutorando no CEPS, Universidade do Minho.

** Investigador Integrado no CEPS, Universidade do Minho e professor convidado no IEP (UCP).

*** Doutorando no IEP, UCP.

throws light on the question of why, later on, he felt inclined to abandon entirely the proposal of a safety net to defend the victims of market failures.

Keywords: Karl Polanyi, Friedrich Hayek, safety net, pauperism, liberal creed.

o. Encontros e desencontros em 1944

Duas obras marcantes da teoria política, *The Great Transformation* e *The Road to Serfdom*, foram publicadas em 1944, no dealbar, incerto ainda, do fim da guerra. Curiosamente, para além do momento histórico, os autores destas duas obras hoje clássicas partilham mais de um traço biográfico. Ambos os pensadores nasceram no Império Austro-Húngaro em vias de se liberalizar, viveram em Viena ainda em ambiente de *fin de siècle*¹ e até trabalharam ligados à Escola Austríaca de Economia, em lados opostos da rua.

Com uma diferença de idade de quase quinze anos, Karl Polanyi nascido em 1886 e Friedrich August von Hayek em 1899, tiveram naturalmente percursos pessoais e intelectuais diferentes, que decorrem em parte dos dilemas que atravessaram o contexto da Viena daquela altura. Já em 1908 e com apenas 22 anos, Polanyi foi muito activo durante a sua vida estudantil em Budapeste e fundou o Círculo Galileu, um grupo marcadamente progressista que chegou a ter dois mil membros e incluiu figuras como Georg Lukács e Karl Mannheim.² Também Hayek, com a mesma idade em 1921, mas anos depois, tinha acabado o seu primeiro curso de direito em Viena e fundou um pequeno círculo de leitura, o *Geistkreis* (algo como “os irmãos em alma”), que chegará a incluir figuras como Alfred Schütz, Eric Voegelin e Felix Kaufmann.³

O desboroar do Império e a violência da Grande Guerra afecta ambos, ainda que de modo diverso. Hayek, mais jovem, só foi alistado em 1917, mas mesmo assim volta transformado pela sua participação na guerra. Polanyi regressa da guerra a Viena em 1919 com uma depressão profunda que o marcará para o resto

¹ Sobre Viena no início do século, ver Schorske, C. E. (1992). *Fin-de-siècle Vienna: politics and culture*. Cambridge: Cambridge University Press, e Janik, A., & Toulmin, S. E. (1996). *Wittgensteins Vienna*. Chicago: Dee.

² Sobre Polanyi, ver Polanyi-Levitt, K., & Mendell, M. (1987). Karl Polanyi: His Life and Times. *Studies in Political Economy*, 22(1), 7-39, e Block, F. (2001), ‘Introduction,’ em Polanyi, K. (2001). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, Boston: Beacon Press, xviii-xxxviii.

³ Sobre Hayek, ver: Ebenstein, A. O. (2003). *Friedrich Hayek: A Biography*. Chicago: University of Chicago Press.

da vida. Um escritor prolífico, Polanyi escreveu entre 1924 e 1938 centenas de artigos (jornalísticos, académicos, notas) sobre tópicos diversos (política externa e interna, relações internacionais, economia...), chegando mesmo a publicar, em 1922, um artigo que se destacou, contrariando o livro *Socialism* (1922) de Ludwig von Mises e a participar no famoso debate sobre o “cálculo económico” no socialismo.

Por contraste, Hayek, depois de ter acabado um segundo curso em ciência política em 1923, decidiu passar o ano de 1923-24 nos Estados Unidos a trabalhar na Universidade de Nova Iorque. Apesar de ter sido muito recomendado pelo famoso economista austríaco Friedrich von Wieser, quando regressou, Hayek trabalhou em condições de relativa pobreza. De maior relevância na sua vida intelectual do que von Wieser, porém, revelar-se-ia a obra de von Mises, cuja descoberta, após a leitura de *Socialism*, Hayek dirá ter sido um dos eventos que mais influenciou a sua vida intelectual. Na verdade, esta obra só encontraria rival, segundo Hayek, nos *Principles of Economics* de Karl Menger. Se tinha sido vagamente socialista até então, o livro de Mises fez dele um liberal convicto e, a partir daí, Hayek abandonou as suas raízes fabianas. Nos anos seguintes, Hayek esteve sempre muito mais interessado na área da economia.

Enfim, o encontro de Polanyi com Mises, nos seminários deste último sobretudo, levaram o húngaro a montar um ataque contra o seu “liberalismo utópico”, um esforço intelectual que culminará mais tarde no *The Great Transformation*. Hayek, pelo contrário, mudou radicalmente de sinal e a partir da leitura de *Socialism* nunca deixou de se considerar um liberal.

1. Resgatar os “corações e mentes” do Ocidente

Os anos da Segunda Guerra e mesmo os anos entre as guerras foram enegrecidos não só pela sombra de Hitler, mas também pelos fascismos em geral. Durante este período ambos se opuseram ao que se veio a designar como “totalitarismo” nas suas diversas formas, incluindo a do comunismo soviético. Os autores de ambas as obras foram sobretudo mobilizados pelo combate ao que consideravam o principal mal do século. Polanyi e Hayek estão de acordo em ligar

estas formas novas e assustadoras de tirania política com a economia ou, melhor, a crise da economia.

Esta ligação pareceu-lhes talvez obscura e necessitada de elucidação, exigindo de ambos um esforço intelectual imenso, mas nem por isso menos certa, com reflexos sobre toda a vida social e a cultura. Como Polanyi afirma já desde 1942 e desenvolve em todo o capítulo 20 de *The Great Transformation*, não só a ligação é clara como se estende à arte, religião, filosofia, etc.

Tal como o socialismo, o fascismo deitava raízes numa sociedade de mercado que se recusava a funcionar. Daí que fosse mundial pelo horizonte, universal e internacional na sua acção: as suas consequências iam além da esfera económica, dando lugar a uma transformação geral com traços sociais próprios. Afirmou-se em quase todos os domínios da actividade humana – políticos e económicos, culturais, filosóficos, artísticos ou religiosos. E, até certo ponto, fundia-se com as tendências e os temas de cada um dos seus terrenos de acção. É impossível compreendermos a história da época se não distinguirmos entre o movimento fascista subjacente e as tendências efémeras com que esse movimento se fundiu em diferentes países.⁴

O fim da guerra não acalma os receios de nenhum destes. Hayek, na introdução de *The Road to Serfdom*, vê mesmo na situação do mundo anglo-saxónico do pós-guerra sinais preocupantes do pensamento alemão que originou a tendência totalitária:

Não é com a Alemanha de Hitler, com a Alemanha desta guerra, que este país se parece. Mas os estudiosos das ideias atuais não podem deixar de reparar que há mais do que uma mera semelhança superficial entre a tendência do pensamento na Alemanha durante e após a última guerra e as ideias atuais. Há hoje neste país certamente a mesma ideia segundo a qual a organização da nação que conseguimos para efeitos de defesa deve ser mantida para fins de criação.⁵

Esta preocupação comum com o que ambos sentem como uma profunda crise da sociedade e até da civilização, que parecia ter raízes na história das ideias, convoca os esforços tanto de Polanyi como de Hayek numa tentativa “desesperada” de resgatar os “corações e mentes” do Ocidente através de ambiciosos empreendimentos teóricos que contrariassem as tendências dominantes.

Em 1944, o espectro do Nazismo estava à beira de ser substituído pelo do comunismo. Apenas o horror da solução final impedia o esquecimento absoluto

⁴ Polanyi, K. (1944), *The Great Transformation*, 248, ver todo o cap. 20: History in the Gear of Social Change. Para todas as citações recorremos à tradução portuguesa: Polanyi, K. (2016). *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas do nosso Tempo*, Lisboa: Edições 70.

⁵ Hayek, F. A., & Caldwell, B. (2014). *The Road to Serfdom: Text and Documents: The Definitive Edition*. New York: Routledge, 3, 27 da tradução portuguesa. Todas as citações portuguesas são de: Hayek, F. A. (2008). *O Caminho para a Servidão*. Lisboa: Edições 70, embora pontualmente corrigidas, quando a tradução se afasta do original.

do fantasma dos fascismos, já aniquilados na Europa, horror que durante muito tempo ainda ensombrou o horizonte político. Com frequência crescente, depois do fim da guerra, pensadores liberais e não liberais por igual voltaram-se contra Marx, argumentando que a “ordem social perfeita” tentada pelo comunismo estava votada a revelar-se uma ilusão, apesar dos sucessos militares e económicos visíveis, apontado as semelhanças entre os “extremos.” A palavra “totalitarismo,” doravante popularizada, cobria ambos.

A União Soviética, que antes fora um aliado e contribuíra para o sucesso ocidental na guerra, está presa nas teias e cega pela teoria marxista que leva os soviéticos no pós-guerra a procurar assemelhar-se ao Ocidente, com qual partilha a meta final, diferente só nos meios, como um irmão mais impaciente.

Não se tem habitualmente em conta que os bolcheviques, embora fossem socialistas fervorosos, se recusavam obstinadamente a «construir o socialismo na Rússia». Bastavam as suas convicções marxistas para que pusessem de lado semelhante tentativa num país de base agrária e atrasado. Mas, deixando de parte o episódio excepcional do ‘comunismo de guerra’ (1920), os dirigentes adoptavam a posição de que a revolução mundial teria de começar a partir da Europa Ocidental. O socialismo num só país surgia-lhes como uma contradição nos termos, e quando se tornou uma realidade os velhos bolcheviques rejeitaram-na quase como um só homem.⁶

Hayek e Polanyi, que escrevem no despontar deste novo contexto intelectual, descobrem raízes muito diferentes para esta vaga. Mais que a dureza política das “tirantias” ou dos “sistemas”, vêem a raiz comum do mal num “erro intelectual” formidável que é preciso denunciar. Com efeito, em ambos os casos, a preocupação parece ser menos com os bárbaros às portas do império, o Exército Vermelho, que com o inimigo já no interior. No caso de Hayek, o feitiço pensamento alemão e, no caso de Polanyi, o feitiço da economia de mercado inglesa.

2. Uma Sociedade de mercado que se recusou a funcionar

O diagnóstico sobre a crise presente era, num sentido limitado, algo semelhante, apontando as culpas ao mau funcionamento do Estado e aos mercados, realidades que lhes pareciam indissociáveis. Hayek não desdenharia a sentença de Polanyi que culpava “uma sociedade de mercado que se recusou a

⁶ Polanyi, *The Great Transformation*, 255, cap. 20, p. da XXX da tradução portuguesa.)

funcionar”. Mas o tratamento do paciente que era recomendado pelos dois autores não poderia ser mais diferente.

Em *The Road to Serfdom*, Hayek aconselha os seus leitores, parafraseando Robert Frost, a seguir a via menos percorrida do risco da liberdade e a recusar os excessos do estado e recuperar o mercado. Em *The Great Transformation*, Polanyi, desde o início, adverte os seus leitores contra a crença de que o mercado não está ligado ao estado na gestação das tiranias modernas: “A nossa tese é que a ideia de um mercado capaz de se auto-ajustar era uma mera utopia. Semelhante instituição não poderia existir duradouramente sem aniquilar a substância natural e humana da sociedade; destruiria fisicamente o homem e transformaria o seu meio ambiente num deserto”.⁷ Os dois livros são escritos sob este pano de fundo de uma sociedade em risco, muito para além dos perigos da guerra.

O livro de Hayek torna-se rapidamente um sucesso comercial que torna o autor famoso,⁸ embora geralmente ostracizado como exemplo de liberalismo extremo. A versão mais conhecida é a versão abreviada de vinte páginas que a *Reader's Digest* vende nos Estados Unidos e que o autor apresenta em *tournee*. Hayek ganha fama de autor académico com veia popular porque foi esta última versão que o tornou decisivamente conhecido do público (o *Reader's Digest* distribuiu 600.000 cópias). Não há dúvidas que as circunstâncias contribuíram muito para o sucesso do livro: a guerra estava quase a acabar e a pergunta “*What's next?*” começou a despertar na mente de todos. Churchill leu *Road to Serfdom* e as suas ideias sobre a incompatibilidade do socialismo e de um regime livre saíram sem dúvidas reforçadas. Attlee contra-atacou afirmando que a posição de Churchill era “uma versão em segunda mão das posições académicas de um professor austríaco, Friedrich August von Hayek.”⁹

O livro de Polanyi, entretanto conferencista das “delegações externas” das Universidades de Oxford e Londres, nasce como um conjunto de palestras preparadas no essencial em 1939-40, e reduzidas a escrito depois, graças a uma bolsa da Fundação Rockefeller, e pronunciadas como um todo na sua versão

⁷ Polanyi, *The Great Transformation*, 3, cap. 1 da tradução portuguesa.

⁸ Kresge, S. (1994). *Hayek on Hayek: An Autobiographical Dialogue*, London: Routledge, p. 91. Hayek diz ao entrevistador que “Acho que já lhe tinha dito que não recebi um tostão pela versão abreviada do *Reader's Digest*.”

⁹ Ver cap. 16 e 17 de Ebenstein, *Friedrich Hayek*, mas também a introdução de Caldwell da *Definitive Edition*, 18-22, e o cap. 3 da entrevista de Hayek com Kresge, *Hayek on Hayek*.

quase final durante dois anos passados em Bennington College.¹⁰ O período sabático na América que lhe permite passar o livro a escrito viria a assegurar-lhe mais tarde um lugar em Columbia University (1947-1953). Se bem que influenciado na juventude por Karl Mannheim, o autor escreve, todavia, mais ao estilo da sociologia histórica de Max Weber e baptiza a sua própria teoria de “economia sociológica”.

Hayek sugere a necessidade de acarinhar o credo liberal, que, segundo Polanyi, tanto sob a forma do liberalismo keynesiano como de Von Mises, não sobreviverá à sua geração.

Apesar da clara oposição, ambos sempre rejeitaram explicitamente qualquer forma de doutrinário, radicalismo e revolucionarismo. Tanto Polanyi como Hayek, mesmo quando este último estava ainda na sua fase “fabiana”, mantiveram saudáveis dúvidas em relação ao marxismo.¹¹ E por mais entusiasmado que Hayek tivesse ficado com a obra de Mises, nunca acharam que o *laissez-faire* radical deste último fosse uma boa maneira de salvar o mercado, nem os fascismos a boa maneira de salvar a sociedade de mercado.

3. O teorema das cabras e cães na ilha de Robinson Crusóe: naturalismo e economia

Ambos partilham, todavia, por um breve momento, uma crítica ao “mercado” como resultado lógico das leis da natureza, autorregulável e só perturbado pela falta de liberdade.

A emergência gradual de uma classe sem um “superior feudal”¹² no séc. XVI torna-se um problema sério. Os Quakers, diz Polanyi, seriam os primeiros a reconhecer que “o desemprego involuntário era necessariamente o resultado de uma deficiente organização do trabalho”¹³ e a apontar soluções. John Bellers é

¹⁰ “Karl Polanyi: Five Lectures on The Present Age of Transformation-Lecture Series Listing of Topics”. Bennington College. Bennington College. <https://crossetlibrary.dspace.direct.org/handle/11209/8502>

Consultado em 11 de Junho de 2017.

¹¹ Polanyi-Levitt e Mendell, *Karl Polanyi*, 18; e Ebenstein, *Friedrich Hayek*, 23.

¹² Polanyi, *The Great Transformation*, 109.

¹³ Polanyi, *The Great Transformation*, 110.

exemplar ao sugerir a organização da força de trabalho em corporações ou “Colleges”. Polanyi chega a dizer que esta proposta está no coração do socialismo utópico — das aldeias de Owen até às comunas dos planos quinquenais de Estaline.

No seu retrato do problema da pobreza, Polanyi passeia-se entre os séculos, desde Thomas More até à época de Jeremy Bentham, para compreender a evolução da noção de pauperismo. Um panfleto de 1704 de Daniel Defoe e a fábula das abelhas de Mandeville convencem os mais avessos do mal necessário da pobreza, mas o ponto de viragem crítica dá-se com o sistema de Speenhamland, que modela como nenhum outro “o destino de uma civilização”.¹⁴

Expliquemos com mais detalhe a releitura alternativa que Polanyi faz da revolução industrial e da miséria *dickensiana* que a acompanhou à medida que o mundo tradicional ruía. Com efeito, em especial nos dois capítulos que encerram a secção “*Satanic Mill*” da segunda parte da obra *The Great Transformation*, o autor conclui a tarefa “arqueológica” de compreender qual a origem da economia de mercado e a sua relação com a noção de pauperismo. Os textos “*Pauperism and Utopia*” e “*Political Economy and the Discovery of Society*” avançam com a tese de que, durante a era moderna, surgiram um conjunto de equívocos sobre o fenómeno da pobreza e da miséria, da sua relação com a moral, com o funcionamento da comunidade e a subordinação a leis que escapavam ao controlo do homem e da criação secular do Estado. O que revela o exame da Inglaterra do século XVIII, onde o Iluminismo se propaga, era a evidência quase-paradoxal de que pauperismo e progresso eram conceitos inseparáveis. Se a religião do progresso se inscrevia no próprio tecido ideológico de um novo regime, quais as razões para que houvesse mais pobres na civilizada Inglaterra que nas nações bárbaras?

A pergunta de partida não é de todo despropositada, principalmente quando o conceito de progresso influenciou a maior parte dos enquadramentos filosóficos anti-tradicionalistas que se tornaram hegemónicos no pensamento filosófico ocidental após a Revolução Francesa. *Do Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*, de Condorcet, ao *Code de la Nature*, de Morelly, e aos

¹⁴ Polanyi, *The Great Transformation*, XXX e todo o cap. 8.

socialismos utópicos oitocentistas, liberais e socialistas concordavam com a tese de que o desenvolvimento tecnológico e económico produziria um crescimento dos níveis de bem-estar geral. A realidade, contudo, demonstrou que a situação não seria assim tão facilmente resolvida. Por exemplo, Adam Smith declarou que nem sempre os salários mais altos se encontravam nos países mais ricos e não pode ser ignorado o facto do século XVII ter fomentado a tensão (quando não a agravou) entre máquina e Homem. A evolução industrial, ao substituir a força humana pela máquina, abriu as portas para a pauperização em larga escala de uma sociedade que estava já na transição para o capitalismo, mas que não tinha ainda lugar para um mercado laboral.

Nesta comunidade, os pobres já não eram os invasores bárbaros do século XVI, forças exteriores à organização social, exércitos hostis que corrompem e degeneram. O pauperismo tornava-se uma dimensão social a ter em conta, até porque foi compreendido que este fenómeno era provocado por uma deficiência na própria organização social do trabalho. Se assim era, qual o papel que a autoridade pública devia desempenhar para corrigir esta falha e minimizar os efeitos deste problema? Esta pergunta, aparentemente inofensiva e quase demasiado evidente, não o era nos séculos XVII e XVIII, pois –segundo Polanyi– foram geralmente reconhecidas “vantagens” económicas deste estado de miséria social, desde logo através do trabalho barato e da facilidade em recrutar indigentes para os campos de guerra. Mesmo os cidadãos que beneficiavam do sistema proto-assistencialista das *Poor Laws* podiam ter algo a oferecer à comunidade. Na concepção de *laissez-faire* de Edmund Burke, por exemplo, o trabalho tornava-se uma mercadoria que só podia encontrar o seu preço no mercado e, necessariamente, os pobres deviam ser retirados da chancela assistencialista do Estado para fazer lucrar os interesses privados. Para Jeremy Bentham, tratava-se de promover a utilidade pública, como é facilmente entendido através do plano de engenharia social utilitária que era o *Panopticon*, no qual os pobres assistidos seriam utilizados para os trabalhos mais duros, compensando a sociedade pela ajuda que lhes era prestada. Mas Bentham tinha perante si uma realidade, na qual se revela a tendência para o agravamento do

pauperismo, como ficaria provado no final das primeiras décadas do século XIX.¹⁵ O dramático aumento da miséria social impossibilitava que se negligenciasse a reflexão em torno da génese desse problema. Qual seria, afinal, a razão do pauperismo e como poderia este ser condicionado?

Não seria certamente pelo sistema Speenhamland, aplicado a partir do final do século XVIII, que era obsoleto desde a sua origem e não passava de uma organização da pobreza universal. Os trabalhadores continuavam a receber salários baixos e mantinham-se no limiar da sobrevivência graças ao auxílio garantido pelas paróquias. Além disso, a economia de mercado apresentava os seus primeiros desenvolvimentos modernos, numa combinação de capitalismo sem mercado laboral. O problema continuava a existir de forma estrutural e não era atacado na sua raiz: quebrar os mecanismos assistencialistas existentes e edificar um mercado do trabalho. De facto, David Ricardo terá compreendido que o problema da pobreza se devia ao facto de a organização económica estar subjugada a leis que não são humanas e que, por essa razão, não podiam ser aplicadas para a restrição da pobreza.¹⁶

¹⁵ Polanyi, *The Great Transformation*, 115 (cap. 9). Os planos de Bentham visavam em primeiro lugar a reforma do sistema prisional, mas seguimos aqui a polémica de leitura Polanyi.

A questão é secundária para o propósito deste texto, mas veja-se sobre o assunto, por exemplo, Semple, J., *Bentham's Prison: A Study of the Panopticon Penitentiary*, (Oxford: Clarendon Press 1993), bem como Bahmueller, C. F., *The National Charity Company: Jeremy Bentham's Silent Revolution* (Berkeley, CA: University of California Press, 1981).

¹⁶ Mais tarde, Ricardo evoluirá num sentido diferente, contemplando a possibilidade de não só a Natureza, como as próprias decisões sociais interferirem na definição do valor do trabalho e, por essa razão, serem leis económicas de validade similar. Polanyi tem certamente em consideração a peculiar evolução do pensamento de Ricardo, quando refere que o economista se afastava de um naturalismo rígido. Na verdade, o que está em causa é um distanciamento entre a perspectiva expressa nas duas primeiras edições de *On the Principles of Political Economy and Taxation* (1817 e 1819), que se distancia da revelada na terceira edição (1821), devido à incorporação do capítulo "On Machinery". Nas duas primeiras edições, Ricardo suporta a sua teoria na "(i) lei biológica da população de Malthus, (ii) lei físico-química da diminuição da fertilidade do solo e (iii) na conceção Smithiana da economia como um processo naturalmente harmonioso" (John P. Henderson e John B. Davis (aut.), Warren J. Samuels e Gilbert B. Davis (ed.), *The Life and Economics of David Ricardo*, New York: Springer Science and Business Media, 1997, p. 587). Na terceira edição, Ricardo incorpora o capítulo "On Machinery", que contribui para uma reflexão e questionamento em torno das teses naturalistas expressas anteriormente. Ao argumentar que o processo de mecanização pode ser prejudicial para a classe trabalhadora (aumento do desemprego e diminuição dos salários), Ricardo põe em causa as teses naturalistas, mas não as afasta totalmente: enquanto que a segunda pode ser revertida através do contributo do desenvolvimento tecnológico, através da aplicação de processos tecnológicos que revertam os problemas da fertilidade dos solos, a primeira tese revela uma evolução no pensamento de Ricardo bem mais significativa. O carácter biológico da tese de Malthus, que implicava que a divergência entre mercado e preço natural do trabalho seria corrigida pela alteração dos ritmos de morte e reprodução (ibidem), é questionado pela adição de uma nova variável que torna redundante a existência de população: a maquinaria também iria contribuir para a flutuação do mercado laboral. Durante este período de reelaboração das teses definidas nas duas primeiras edições de *Principles*, Ricardo inicia um processo de reflexão em torno da possibilidade de decisões sociais poderem interferir com a oferta de trabalho, particularmente através da utilização de receita poupada (*saved revenue*) para a minimização do

Essas leis não-humanas estariam na base da economia naturalista desenvolvida por Joseph Townsend no tratado *A Dissertation on the Poor Laws* (1786), na qual é desenvolvida uma tese proto-darwinista social e competitiva e anti-assistencialista, pela simples razão de que o Homem estaria a agir contras as normas impostas pela Natureza.

A mais crua apresentação do “naturalismo” da teoria económica que Polanyi combate, aparece na *The Great Transformation* sob a forma do equilíbrio entre cabras e cães deixados numa ilha deserta:

A Dissertation de Townsend, dez anos mais tarde, centrava-se no teorema das cabras e dos cães. O cenário é a ilha de Robinson Crusoe no oceano Pacífico, ao largo da costa do Chile. Nessa ilha, Juan Fernandez desembarcou algumas cabras que lhe forneceriam carne se lhe acontecesse tornar a visitar a ilha no futuro. As cabras multiplicaram-se com uma fertilidade bíblica, transformando-se numa reserva alimentar vantajosa para os corsários, sobretudo ingleses, que assediavam os navios mercantes espanhóis. Para combater as cabras, as autoridades espanholas desembarcaram na ilha um cão e uma cadela que, também eles, se multiplicaram profusamente, fazendo diminuir o número das cabras, alimento dos cães. ‘Restabeleceu-se então uma nova forma de equilíbrio’, escrevia Townsend. ‘Os animais mais fracos de ambas as espécies foram os primeiros a pagar a sua dívida à natureza; os mais ativos e vigorosos preservaram a sua vida’. E acrescentava: ‘É a quantidade de alimento que regula o número da espécie humana’.¹⁷

O próprio governo, aliás, não seria necessário para o funcionamento da economia, como fica demonstrado pela sua alegoria do equilíbrio garantido pelas dificuldades dos cães em comerem as cabras que se refugiaram nas zonas montanhosas para alcançar a segurança. Projectando esta narrativa para a comunidade dos homens, demonstrar-se-ia que o equilíbrio económico era garantido pela escassez e pela fome. Assim, tal como o equilíbrio entre cães e cabras era garantido pela escassez de comida, se só a fome poderia domar os animais selvagens, também só a fome iria impelir os pobres a trabalhar. O determinismo zoológico de Townsend definia, portanto, que o assistencialismo devia ser abolido. A “fome” teria sido implacavelmente colocada entre as

desemprego (idem, p. 588). Neste sentido, a "sociedade juntou-se à Natureza para determinar a forma como as leis da economia política poderiam operar, acabando com o seu *status* de combinações puramente naturais" (ibidem). Inevitavelmente, a terceira tese foi gradualmente revista: a adição do desenvolvimento tecnológico a um mercado livre dominado por capitalistas seria desvantajosa para os interesses da classe trabalhadora e a harmonia social ficaria em risco. Esta harmonia só poderia ser assegurada por uma combinação da natureza com a sociedade, através da intervenção desta na diminuição do antagonismo social que emergia (Ibidem, p. 590). A posição de Ricardo é complexa e a leitura que Polanyi faz é algo ambígua: mas a afirmação que melhor a sintetiza é talvez esta: “no caso de Ricardo, a própria teoria incluía um elemento que contrabalançava o rígido naturalismo”. Agradecemos as observações de António Luís Silva Baptista em geral e em especial sobre este ponto.

¹⁷ Polanyi, *The Great Transformation*, 118 (cap. 10).

motivações do recém-criado (e largamente fictício) *homo oeconomicus*. O “pauperismo” passa a andar de braços dados com a Utopia.

Segundo Polanyi, o naturalismo de Townsend influenciaria de forma determinante a lei da população de Thomas Malthus e a sua célebre analogia entre a fertilidade da terra e a fertilidade das pessoas. Também seria a fome a desempenhar um papel de legislador significativo, ao determinar o limite natural após o qual os homens não se poderiam multiplicar. Malthus recebe todos na selva e determina que as suas leis são a autoridade necessária para as relações económicas que se estabelecem. O naturalismo servia, portanto, para encontrar uma causa para o crescente problema da miséria e do pauperismo.

Pelo contrário, Ricardo opõe-se a uma concepção naturalista rígida e avança com uma fractura epistemológica relevante ao determinar que o trabalho é o verdadeiro constituinte do valor, desenvolvendo uma teoria do valor lockeana¹⁸. O que isto significa é que as leis da sociedade emergente, do sistema do mercado, não seriam já fundadas nas leis morais da Natureza, mas na lei dos homens. O Homem, ao criar as leis, é encarregado de transformar a sociedade a partir dos princípios da justiça. Isso pode significar um aumento do papel interventivo do Estado, que não passará pelo papel assistencialista que remete os pobres para o limiar da sobrevivência, mas para um contexto em que poderão florescer e maximizar as suas potencialidades. De certa forma, era isso que Robert Owen advogava quando remetia para o Estado o dever de minimizar os danos da comunidade. Se a justiça passava a reger a sociedade, o paternalismo paroquial ou estatal caía e abria a sociedade ao seu propósito de autonomização do indivíduo através da atribuição de responsabilidades que permitiriam alcançar um propósito emancipatório e auto-protector.

¹⁸ Polanyi, *The Great Transformation*, 132. Na perspectiva de Polanyi, a teoria económica de Ricardo assenta num equilíbrio entre elementos naturalistas e "humanistas".

4. Adam Smith, mão invisível e utopia

Quando Adam Smith, no fim do séc. XVIII, defendeu a libertação da economia dos controlos mercantilistas, não se limitou a formular uns quantos objectivos de política económica, ao estilo pragmático ou incremental, propôs um novo princípio de ordem social. Esse “princípio era o da anarquia ordenada: um regime descrito por direitos individuais bem definidos e pela liberdade e garantia dos contratos voluntários”,¹⁹ que dispensava a necessidade de um decisor centralizado para além de um “estado estritamente protector”, às vezes descrito pelos seus críticos como mero “guarda-nocturno,” para utilizar a expressão tornada famosa por um Thomas Carlyle descoroçoado com a estreiteza da *dismal science*.

Este ideal, que vigorou no essencial ao longo do século XIX, teria sofrido o impacto negativo da crítica socialista. “Os críticos socialistas tiveram êxito na identificação de particulares falhas na ordem conceptualmente ideal do *laissez-faire*”,²⁰ bem como nas suas aplicações práticas, mas não em descrever o que seria o estado ideal depois da sua substituição. Mas mesmo Marx é parco na descrição da ordem social “depois da revolução” e o que surgiu foram “monstruosidades burocráticas.”²¹ Mas por causa dessa crítica ao princípio do *laissez-faire*, a erosão pragmática do princípio do “governo limitado” adquiriu respeitabilidade intelectual e académica. “Seguindo isto foram propostas correcções, correcções que tomaram quase sempre a forma institucional de acção governamental” e a controvérsia e o debate político deslocou-se dos princípios alternativos de organização social para “escolhas de política específica num contexto situacional.”²²

“A ciência económica do *welfare*, no seu brilho de século XX, tornou-se uma teoria das falhas do mercado”. Não deve surpreender-nos, pois, que isso conduziu a um crescimento rápido da dimensão e escopo do sector público. “Correctivos governamentais a presumidas falhas particulares da operação do

¹⁹ Buchanan, J. *The limits of liberty: between anarchy and Leviathan*, Chicago: The Univ. of Chicago Press, pp.170-173, (1975, reed. 1984). Este retrato segue de perto o apresentado nesta obra.

²⁰ Buchanan, op. cit., p. 171.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

mercado foram consideradas incrementalmente e independentemente uns dos outros”,²³ julgando-se que funcionariam perfeitamente uma vez introduzidos, pois na ausência de uma visão global do estado, presumia-se ingenuamente que intenções equivaliam a resultados.

Hayek endossa essencialmente este retrato esquemático, enquanto Polanyi propõe uma leitura muito diferente dos acontecimentos. A este retrato histórico opõe o seguinte retrato alternativo, que Fred Block sintetiza assim

[Polanyi] [d]enuncia explicitamente os adeptos liberais do mercado que acusavam uma ‘conspiração colectivista’ de erigir barreiras de protecção contra os efeitos do funcionamento dos mercados globais. Sustenta que, pelo contrário, a criação dessas barreiras foi uma resposta espontânea e não planeada por parte de todos os grupos da sociedade perante as exigências impossíveis do sistema do mercado autorregulado. O contramovimento de protecção *era necessário* para impedir o desastre de uma economia desincrustada. Polanyi sugere que o movimento orientado para uma economia do *laissez-faire* torna necessário um contramovimento destinado a criar estabilidade.²⁴

Esta leitura resume-se com força e elegância na mensagem central do livro, formulada por Polanyi como um paradoxo: “O *laissez-faire* foi planeado; a planificação não o foi.” Quando Polanyi declara que o mercado “foi planeado,” quer dizer que a imposição da lógica do mercado, que veio substituir a rede de protecção da sociedade pré-industrial, implicou legislação e repressão política, na qual as teorias de Speenhamland tiveram um papel de charneira.

O original e polémico estudo histórico que a obra contém visa apresentar o contexto da emergência do liberalismo clássico: a invenção da economia política, com a criação deliberada da ideia de mercados autorreguláveis, leva a sociedade a defender-se de uma mudança para a qual não estava preparada através da planificação, essa sim, espontânea. O manifesto económico-político de Polanyi faz-se acompanhar de finos estudos antropológicos das economias não mercantis, algumas pré-industriais (incluindo uma recuperação da autarquia grega em Aristóteles), outras em civilizações não ocidentais, objecto de estudos etnológicos. Estes estudos prosseguem em obras individuais e colectivas posteriores.²⁵

²³ Ibidem, p. 172; ver nota 5 da mesma página.

²⁴ Ver na mesma linha, Williams, K. (1981). *From Pauperism to Poverty*, London: Routledge.

²⁵ Em 1957 volume publica com outros *Trade and Markets in the Early Empires* e mais tarde na revista que funda, “Coexistence”. Morre no Canadá em 1964. Cf. “Polanyi” (2003) in *Encyclopædia Britannica*, Chicago: Encyclopædia Britannica Inc., vol 9. p.554.

Até que ponto o argumento de Polanyi colhe? Muita da investigação histórica está inevitavelmente datada e, em qualquer caso, a história revisionista que apresenta oscila entre o estudo minucioso de certos textos e uma panorâmica várias vezes secular, que não pode deixar de seleccionar os eventos ou legislação que confirmam a interpretação que propõe.²⁶

Mas o caso que apresenta contra o nascimento do mercado é válido apenas contra aqueles que o defendem como uma inevitabilidade histórica. Hayek não tem ilusões sobre a inevitabilidade: o mercado, ou o estado de direito, etc. são conquistas civilizacionais frágeis, que têm que ser protegidas, porque são em si mesmas a melhor protecção da liberdade.

5. Falhas do Mercado e pobreza.

Ainda assim, o que Polanyi descreve como a “ilegalização da pobreza” e a criminalização do ócio contrasta com o optimismo de Hayek, no *The Road to Serfdom*, quanto à capacidade do mercado para resolver (imperfeitamente, reconhece) o problema da pobreza.

Embora Hayek só use a expressão “*safety net*” em obras posteriores e finalmente pareça repudiar a ideia,²⁷ a necessidade de resolver o problema está claramente presente no *The Road to Serfdom*:

Não há para que, numa sociedade que atingiu um nível geral de riqueza como o nosso, o primeiro tipo de segurança não seja garantido a todos sem pôr em perigo a liberdade geral. Há questões difíceis quanto ao nível específico que deve ser garantido; em especial, a questão importante de se saber se os que contam com a comunidade deverão usufruir indefinidamente das mesmas liberdades dos restantes. A abordagem irrefletida destas questões pode muito bem causar problemas políticos sérios e, até, perigosos. Mas não pode haver dúvidas de que deve ser assegurado a todos um mínimo de alimentação, abrigo e roupas, o suficiente para cada pessoa se manter sã e poder trabalhar.²⁸

²⁶ Mas acerca de Speenhamland, vários estudos da Old Poor Law em Snell, K. D. M. (1985). *Annals of the Labouring Poor: Social Change and Agrarian England, 1660-1900*, Cambridge: Cambridge University Press; e Boyer, G. (1990). *An Economic History of the English Poor Law, 1450-1850*, Cambridge: Cambridge University Press, questionam a interpretação de Polanyi.

²⁷ “Ainda não me tinha libertado por inteiro das superstições intervencionistas da atualidade e, conseqüentemente, fiz várias concessões que hoje considero injustificadas.” Prefácio de 1976 de Hayek, *Road to Serfdom*, 54, a tradução portuguesa é nossa.

²⁸ Hayek, *Road to Serfdom*, 148, (156-157 da tradução portuguesa).

Pode surpreender os que o lêem à luz da sua obra tardia que Hayek, em *The Road to Serfdom*, favorecesse uma série de intervenções governamentais bastante pronunciadas. Por um lado, advoga arranjos que permitissem que uma concorrência “harmoniosa” pudesse surgir. Na prática, isto significava não simplesmente a conservação de certas instituições, mas uma mão activa do governo em melhorá-las: “(...) há toda a diferença entre criar intencionalmente um sistema dentro do qual a competição será tão benéfica quanto possível, e aceitar passivamente as instituições tal como são”.²⁹

Hayek também acreditava em alguns pressupostos que fariam com que a concorrência funcionasse: o estabelecimento de uma moeda estável (mas, ao contrário de Mises e Polanyi, não dá demasiada importância ao padrão-ouro), vias de comunicação, mercados, prevenção de fraude, etc. Achava também que: “(...) o Estado pode fazer muito para ajudar a divulgar o conhecimento e a informação, e ajudar à mobilidade,”³⁰ ou mesmo combater falhas de mercado, construir estradas e sinais indicadores, desenhar regulamentos e leis laborais e, enfim, regular companhias privadas detidas pelo Estado — o que pressupõe a sua legitimidade.

Mais importante, reconhece a necessidade do que depois chamou “rede de segurança”, cujo escopo é bastante amplo e inclui seguros contra terremotos de terra e outros desastres naturais e ainda ajudas sociais para momentos de flutuação económica — não excluindo sequer políticas monetárias e obras públicas.³¹

À primeira vista, Hayek parece estar a criar uma “terceira via” entre o mercado entregue a si mesmo e a planificação socialista. Devemos ter presente que *The Road to Serfdom* consagra uma firme negação de todas as formas extremas de *laissez-faire*.

²⁹ Hayek, *Road to Serfdom*, 71, (43 da tradução portuguesa).

³⁰ Hayek, *Road to Serfdom*, 129, (128 na tradução portuguesa).

³¹ Aqui estamos a seguir a cuidadosa lista de Shearmur, J. (1997). Hayek, Keynes and the State. *History of Economics Review*. 26 (1), : “Hayek, Keynes and the State,” 71-72.

Ver referências à famosa “safety net” em Tebble, A. J. (2010). *F. A. Hayek (Major Conservative and Libertarian Thinkers)*. Continuum International Publishing Group Ltd, nota de rodapé 62, página 75.:

Algumas referências às intervenções em *Road to Serfdom* na nota de rodapé 63, página 66 de: Jackson, B. (2012). Freedom, the Common Good, and the Rule of Law: Lippmann and Hayek on Economic Planning. *Journal of the History of Ideas*, 73(1), 47-68.

É importante não confundir a oposição a este tipo de planeamento com uma atitude *laissez-faire* dogmática. O argumento liberal defende que se faça o melhor uso possível das forças da concorrência como forma de coordenar os esforços humanos, e não como argumento para se deixar tudo como está. Baseia-se na convicção de que, nos casos em que se pode criar verdadeira concorrência, esta será uma maneira melhor de orientar os esforços individuais que qualquer outra.³²

Esta posição “intermédia” não deve ser lida, como alguns o fizeram,³³ incluindo o próprio Hayek algumas décadas mais tarde,³⁴ como uma espécie de “concessão.” Com efeito, só depois do famoso Colóquio Walter Lippmann que, para alguns, marca o nascimento do “neo-liberalismo” como tal, Hayek tentou genuinamente construir uma alternativa que evitasse o Caríbdis do *laissez-faire* e o Cila do planeamento centralizado. (Para não dizer nada dos “ciclopes” do Socialismo).³⁵ A “rede de segurança” fazia, portanto, sentido neste contexto de tentativa de encontrar uma verdadeira “via intermédia” (e não simplesmente de “fazer uma concessão.”)

Isto, no entanto, deixa por explicar as posições que Hayek acabará por ter sobre a falta de significado do termo “justiça social” e a sua crítica mordaz do Estado Social. Como é que reconciliamos o que Hayek disse antes e depois? Não há dúvidas que Hayek se opôs cada vez mais às intervenções estatais e, certamente, houve aqui uma mudança gradual de posição.³⁶ Mas a explicação não pode parar numa eventual alteração do seu ideário, visto que já no seu ensaio “*Freedom and the Economic System*,”³⁷ de 1938, Hayek já tinha feito uma distinção clara entre o Estado *incentivar* escolhas e *impor* escolhas, entre planear a concorrência e planear o socialismo. Tais distinções eram ainda vagas e Hayek só definiria o seu pensamento em *The Constitution of Liberty*, mas mesmo assim

³² Dificilmente se lê o livro sem sentirmos a influência, e a reação contra, Ludwig von Mises: Hayek, *Road to Serfdom*, 85-86, 63 da tradução portuguesa. “Tudo o que um bom governo pode fazer para melhorar o bem-estar material das massas é estabelecer e preservar o enquadramento institucional no qual não existem obstáculos à acumulação progressiva de novo capital e à sua utilização para melhorar as tecnologias de produção.” Esta resposta de Mises, se não diretamente contra Hayek, é claramente dirigida contra quem tenha a mesma posição. Vem do ensaio de 1945 com o nome sugestivo ‘Planning for Freedom.’ Mises, L. V., Greaves, B. B., & Mises, L. V. (2008). *Planning for Freedom: Let the Market System Work: A Collection of Essays and Addresses*. Indianapolis: Liberty Fund., 6.

³³ Tebble, *Hayek*, 70-72.

³⁴ Ver a primeira nota de rodapé. Não é surpreendente que, olhando retrospectivamente, Hayek sentisse que as intervenções governamentais que sugere em *Road to Serfdom* eram “concessões.” Hayek tornou-se cada vez mais cético de qualquer intervenção estatal o que, no final da sua vida, culminou na sua posição mais extrema em *The Fatal Conceit*. Ver também: Ebenstein, A. O. (2015). *Chicagonomics: The Evolution of Chicago Free Market Economics*. New York: St. Martins Press.

³⁵ Sobre isso ver, Jackson, “Freedom the Common Good and the Rule of Law

³⁶ Cf. nota anterior.

³⁷ Hayek, F. A. (2012). *Freedom and the Economic System*. Mansfield Centre: Martino Publishing. REF INCOMPLETA

entendia já naquela altura que o Estado podia, e até devia, intervir para que os indivíduos possam efectivar os seus planos.³⁸

A sua evolução posterior decorre desta distinção.

6. Concessão ou incoerência?

Aos nossos olhos a “rede de segurança” parece ser ora uma “concessão” ora uma “incoerência”, mas, na verdade, esta posição está fundamentalmente em acordo com a posição de Hayek na altura em que este escreveu *The Road to Serfdom*. O Estado deveria ter um papel activo para aumentar a capacidade (*local*) dos indivíduos ao planearem as suas vidas. O que o Estado deve evitar é endossar um plano (*global*) que acabaria inevitavelmente em totalitarismo.

Esta insistência em capacitar os indivíduos para que sejam “agentes” do mercado parece estar a obscurecer a grande questão que os “planeadores” queriam resolver: o que se faz com a pobreza? Tanto Hayek como os seus críticos concordam que as formas mais *absolutas* de pobreza devem ser evitadas. Hayek até era a favor de medidas que reduzissem a desigualdade de oportunidades (mas só na medida em que o “plano” de um indivíduo não se sobrepusesse ao dos outros.)³⁹ Hayek sempre disse também que as intervenções deveriam prevenir problemas que impedissem o agente de se tornar “bom” concorrente, bom “micro” planeador, etc.

Hayek estava consciente que defender que o capitalismo podia reduzir a pobreza (a longo prazo) à época parecia um argumento bastante fraco, principalmente no momento em que escreve *The Road to Serfdom*: no fim de uma década onde tudo indicava que o capitalismo tinha falhado na luta contra a pobreza e o desemprego e onde o “planeamento” que Hayek detestava tinha sido aparentemente bem-sucedido. Pior ainda, nas palavras de Caldwell “Os sacrifícios comuns da guerra criaram o sentimento de que todos deveriam

³⁸ Algo que, para alguém como o Mises, era anátema: no máximo, o governo pode *retirar* obstáculos, mas não pode *incentivar* nada.

³⁹ Há motivos para reduzir esta desigualdade de oportunidades, na medida em que as diferenças congénitas o permitam e que se o possa fazer sem destruir o carácter impessoal do processo, no qual todos têm de arriscar e em que nenhuma opinião quanto ao que é legítimo e desejável se sobrepõe à dos outros.”Hayek, *Road to Serfdom*, 134 (136 da tradução portuguesa).

partilhar tudo de forma mais igual quando a reconstrução viesse.”⁴⁰ Perante a fraqueza conjuntural do capitalismo para resolver os problemas que os planeadores tentavam resolver, Hayek teve que criticar a superioridade produtiva (presumível) do sistema planeado. Há várias passagens de *The Road to Serfdom* onde Hayek critica o “argumento irresponsável” dos planeadores de que centralizar a economia seria uma espécie de corno de abundância à espera de ser libertado:

(...) [E]mbora este embuste tenha servido a propaganda socialista a coberto de vários nomes desde que o socialismo existe, é ainda tão manifestamente falso quanto era há mais de cem anos, quando foi pela primeira vez utilizado. Em todo este tempo, nenhuma das muitas pessoas que o usaram, apresentou um plano exequível de como se poderia aumentar a produção por forma a abolir o que consideramos ser a pobreza, mesmo no Ocidente – já para não falar do resto do mundo. Creia o leitor que, quem quer que lhe fale de uma abundância potencial, ou é desonesto ou não sabe do que fala.⁴¹

Enfim, Hayek estava condenado a defender o capitalismo com uma abordagem “deontológica”. Numa das poucas passagens onde Hayek aborda a questão da pobreza, aponta claramente nesta direcção:

O facto de, numa sociedade em regime de concorrência, as oportunidades disponíveis aos pobres serem muito mais restritas do que aquelas à disposição dos ricos, não faz com que seja menos verdadeiro que, numa sociedade baseada na concorrência, os pobres sejam muito mais livres do que uma pessoa com maior conforto material num outro tipo de sociedade. Embora num regime de concorrência a probabilidade de alguém que nasceu pobre enriquecer ser menor do que para alguém que tenha herdado propriedade, ainda assim é possível, e só no regime de concorrência é que essa pessoa depende apenas de si próprio e não de favores dos poderosos, e ninguém o pode impedir. Só o facto de nos termos esquecido o que significa a falta de liberdade é que faz com descuremos [*sic*] o facto evidente de, neste país, um trabalhador não qualificado e mal pago ter mais liberdade para decidir a sua vida do que muitos pequenos empresários na Alemanha ou engenheiros ou directores bem pagos na Rússia.⁴²

Um pouco cruamente, podemos dizer que a resposta global de Hayek em relação à questão da pobreza era “não se pode ter tudo”: desejar mais do que dar aos indivíduos capacidades para que estes formulem e sigam os seus próprios planos implica necessariamente um plano global e isto já é um passo a mais na direcção do totalitarismo. Nesta linha, Hayek critica o facto de que valorizamos

⁴⁰ Caldwell, ‘Introduction,’ em Hayek, *Road to Serfdom*, 14.

⁴¹ Hayek, *Road to Serfdom*, 131 (131-132 da tradução portuguesa).

⁴² Hayek, *Road to Serfdom*, 135 (136 da tradução portuguesa).

demasiado os nossos desejos “locais” à custa de levantar obstáculos à capacidade de todos os outros seguirem as suas próprias preferências:

(...) [T]odos cremos que a nossa ordem de valores pessoal não é apenas pessoal, e que numa discussão livre entre pessoas racionais conseguiríamos convencer os outros da justeza da nossa. O apreciador do campo que pretende, acima de tudo, que a aparência tradicional deste mesmo campo seja preservada e que a mácula que a indústria já infligiu à sua bela face seja removida, tal como o entusiasta da saúde que quer que todas as casas do campo pitorescas, mas pouco sanitárias, sejam eliminadas, ou um motorista que pretende que se rasgue o campo com amplas estradas, o fanático eficiente que deseja o máximo de especialização e mecanização e o idealista que, por causa do desenvolvimento da personalidade, pretende preservar o maior número possível de artesãos. Todos sabem que o seu objetivo só pode ser plenamente alcançado pelo planeamento – e, por essa razão, todos querem o planeamento.⁴³

Melhor dito, e como Hayek já tinha afirmado em 1938 em “Freedom and the Economic System”, para passarmos de planos individuais para planos globais, exigir-se-ia uma unanimidade de valores que, na prática, nunca existe. E isso por mais que os planeadores achem que tal consenso existe em torno da “igualdade.”⁴⁴

Que a vida e a morte, a beleza e a virtude, a honra e a paz de espírito, muitas vezes só podem ser preservadas com considerável sacrifício material, e que alguém tem de fazer a escolha, é tão inquestionável como o facto de por vezes não estarmos preparados para fazer os sacrifícios materiais necessários para proteger esses valores mais nobres de qualquer ataque.

Um exemplo: podíamos, evidentemente, acabar com as mortes em acidentes rodoviários se estivéssemos dispostos a suportar os custos da abolição do automóvel. O mesmo é válido para milhares de outros casos em que arriscamos constantemente a vida e a morte e os mais nobres valores de espírito, nossos e do nosso semelhante, para melhorar aquilo a que, ao mesmo tempo, nos referimos desdenhosamente como o nosso conforto material. Nem poderia ser de outra forma, pois todos os nossos fins competem pelos mesmos meios. E só poderíamos aspirar a estes valores caso eles não estivessem em risco.⁴⁵

Retrospectivamente, tal parece ser demasiado pouco no que toca ao pauperismo que aflige Polanyi. A resposta é, em parte, tática: em 1944, Hayek não podia montar uma defesa do capitalismo em torno de promessas de prosperidade geral. Podia apenas, por um lado, tranquilizar os seus leitores ao garantir que a pobreza absoluta seria eventualmente resolvida com a sua

⁴³ Hayek, *Road to Serfdom*, 99, (83-84 da tradução portuguesa).

⁴⁴ “Concordar sobre um plano particular requer muito mais do que um acordar de algumas regras éticas gerais; requer muito mais do que uma adesão geral a qualquer código ético que tenha alguma vez existido; requer um determinado tipo de escala de valores, quantitativa e exaustiva, que emerge nas decisões concretas de cada indivíduo, mas sobre a qual, numa sociedade individualista, não há acordo necessário ou existente.” Caldwell, B. (2014). *Socialism and War: Essays, Documents, Reviews*. London: Routledge, 183.

⁴⁵ Hayek, *Road to Serfdom*, 130 (131 da tradução portuguesa).

proposta. Podia ainda, por outro lado, insistir nos benefícios *inerentes* ao capitalismo e nos defeitos inerentes ou decorrentes das suas alternativas.

7. Porque desiste Hayek de resolver o problema do pauperismo?

O problema é, cremos, que a rede de segurança, ou a garantia do mínimo decente, não podia e não pode deixar de distorcer o sistema de recompensas do mercado e o seu papel na revelação de preferências. A intervenção de Hayek na querela do cálculo em regime socialista não se baseia essencialmente em dificuldades de computação que hoje seriam facilmente resolvidas, mas na capacidade única do mercado para satisfazer necessidades ou preferências que ninguém conhece *a priori* e que só o mercado revela, isto é, que são resultado de escolhas livres e de planos pessoais não organizados dos indivíduos, que ninguém pode prever.

Em suma, a alocação de bens produzidos numa sociedade faz-se através de escolhas individuais e colectivas. Esta alternativa é muitas vezes apresentada de forma algo simplificada⁴⁶ como equivalente à escolha entre dois mecanismos, ambos imperfeitos, *mercados* e *governo*, “que é complexa e não é usualmente binária.”⁴⁷ A escolha individual seria expressa através de trocas voluntárias no mercado. Constata-se, todavia, que estas se afastam, por vezes de maneira imprevista, de referenciais sociais como a eficiência, liberdade ou equidade: são o que se chama as *falhas do mercado*.

A escolha colectiva, exercida através das estruturas governamentais, proporciona a possibilidade de corrigir algumas dessas deficiências. Mas a acção colectiva através do governo também se desvia dos objectivos que a justificam: são as *falhas do estado*. Algumas falhas do mercado são demasiado custosas de corrigir, algumas soluções distributivas implicam um empobrecimento geral. Às

⁴⁶ Por exemplo Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1961). *The Calculus of Consent; A Preliminary Analysis of Individual Constitutional Choice*, Ann Arbor: The University of Michigan, cap. V "A organização da atividade humana" distinguem seis categorias em função de parâmetros relativos ao custo da decisão privada, da organização voluntária e da decisão coletiva.

⁴⁷ Wolf, C. (1988). *Markets or Governments: Choosing between Imperfect Alternatives*, Cambridge: The Rand Corp e MIT Press, 151

vezes os custos são superiores aos benefícios. A intervenção pública deve, pois, ser decidida tendo em conta o saldo final de ambas as falhas.⁴⁸

A história que Polanyi conta não é só a das falhas do mercado autorregulado, mas de uma autodefesa da sociedade à custa da eliminação da liberdade. A história que Hayek conta não é só a das falhas do estado, mas da impossibilidade dos mercados resolverem o problema da equidade social—e mesmo, como mais tarde se dará conta, de assegurarem os mínimos decentes. O balanço que os dois fazem é distinto, e será provavelmente diferente do que outros farão em diversos momentos da história.⁴⁹

O que Polanyi mostra de um modo mais claro que Hayek é que a avaliação desse resultado tem também uma dimensão histórica. Houve momentos de abandono à esfera privada de áreas que hoje justificam a intervenção pública e vice-versa. Não devemos, pois, esquecer as falhas ou limites da abordagem da própria ciência económica na definição das políticas públicas, mas, apesar dos receios que os movimentos populistas podem levantar, não estamos certamente na situação em que Hayek e Polanyi apresentaram as suas propostas em que a liberdade, senão a civilização, parecia estar em jogo.

Alguns autores que se reclamam agora das teorias de um ou outro autor e confundem a crise financeira recente com uma prova do fracasso do mercado esquecem convenientemente que a crise teve o seu epicentro nos sectores mais regulados (financeiro e seguros).⁵⁰ Graças ao estado social, o desemprego não teve consequências à escala do passado, nem nunca esteve realmente em causa o regresso dos fascismos. Por outro lado, se a regulação ainda assim fracassou, a rede de protecção, esta sim, funcionou, e, se funcionou, foi porque o estado social, e não apenas os chamados “estabilizadores automáticos”, impediu as consequências mais extremas da crise.

⁴⁸ Weimar, D. L. e Vining, A. R. (2005). *Policy Analysis: Concepts and Practice*, New Jersey: Pearson Prentice Hall, 156-7

⁴⁹ Um moderado como Raymond Aron dizia que Marx parecia ter razão nos anos 30 e que Tocqueville parecia ter razão no fim do pequeno século XX.

⁵⁰ Não pretendemos obviamente discutir aqui o problema, demasiado complexo, das causas da crise financeira, nem da importância da desregulação na crise, apenas notamos que o sector financeiro, devido à sua óbvia importância para a chamada “economia real”, foi sempre historicamente um dos sectores económicos mais regulados, antes durante e depois da “desregulação,” o que não exclui uma mudança de atitude para uma perigosa complacência em relação à capacidade do mercado para se autorregular.

Não estamos a assistir ao choque de duas vagas políticas com dimensão de quasi-crise civilizacional, que se combatem entre si, como quando Hayek e Polanyi escreviam. Quanto muito, podemos falar de uma curva apertada no caminho, devida mais ao excesso de “poesia” democrática que ao fracasso da democracia representativa.

Bibliografia

Boyer, G. (1990). *An Economic History of the English Poor Law, 1450-1850*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1961). *The Calculus of Consent; A Preliminary Analysis of Individual Constitutional Choice*. Ann Arbor, MI: The University of Michigan.

Caldwell, B. (2014). *Socialism and War: Essays, Documents, Reviews*. London, UK: Routledge.

Ebenstein, A. O. (2003). *Friedrich Hayek: A Biography*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Ebenstein, A. O. (2015). *Chicagonomics: The Evolution of Chicago Free Market Economics*. New York, NY: St. Martins Press.

Hayek, F. A. (2012). *Freedom and the Economic System*. Mansfield Centre, Conn: Martino Publishing.

Hayek, F. A., & Caldwell, B. (2014). *The Road to Serfdom: Text and Documents: The Definitive Edition*. New York, NY: Routledge.

Hayek, F. A. (2008). *O Caminho para a Servidão*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Jackson, B. (2012). Freedom, the Common Good, and the Rule of Law: Lippmann and Hayek on Economic Planning. *Journal of the History of Ideas*, 73(1), 47-68.

Janik, A., & Toulmin, S. E. (1996). *Wittgensteins Vienna*. Chicago: DeeKresge, S. (1994). *Hayek on Hayek: An Autobiographical Dialogue*, London, UK: Routledge.

Mises, L. V., Greaves, B. B., & Mises, L. V. (2008). *Planning for Freedom: Let the Market System Work: A Collection of Essays and Addresses*. Indianapolis: Liberty Fund.

Polanyi, K. (2001). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, Boston, MA: Beacon Press.

Polanyi, K. (2016). *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas do nosso Tempo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Polanyi-Levitt, K., & Mendell, M. (1987). Karl Polanyi: His Life and Times. *Studies in Political Economy*, 22(1), 7-39.

Schorske, C. E. (1992). *Fin-de-siècle Vienna: politics and culture*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Shearmur, J. (1997). Hayek, Keynes and the State. *History of Economics Review*. 26 (1), 68-82.

Snell, K. D. M. (1985). *Annals of the Labouring Poor: Social Change and Agrarian England, 1660-1900*, Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Tebble, A. J. (2010). *F. A. Hayek (Major Conservative and Libertarian Thinkers)*. London, UK: Continuum International Publishing Group Ltd.

Weimar, D. L. e Vining, A. R. (2005). *Policy Analysis: Concepts and Practice*. New Jersey, NJ: Pearson Prentice Hall.

Williams, K. (1981). *From Pauperism to Poverty*, London, UK: Routledge.

Wolf, C. (1988). *Markets or Governments: Choosing between Imperfect Alternatives*. Cambridge, Mass: The Rand Corp e MIT Press.